ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Parlamentares adiantam discussões sobre reforma da Previdência

Governo estadual se prepara para enviar proposta ao Parlamento

INGRIDY PEIXOTO / Secretaria de Comunicação Social

A proposta de reforma da Previdência do estado deve chegar à Assembleia Legislativa nos próximos dias. Desde já, parlamentares discutem o texto elaborado pelo governo em comissões e junto aos servidores públicos, além de defenderem mudanças no projeto elaborado pelo Executivo estadual.

O presidente da CPI da Previdência da Assembleia, deputado estadual João Batista (Pros), avalia que não haverá tempo hábil para votar a proposta em 2019. "Acho desnecessário o governo encaminhar essa proposta agora. Não precisava trazer esse estresse para o servidor no fim de ano, ele já está com o salário pago atrasado, sem a recomposição", defende o parlamentar.

O deputado João Batista ainda julga como "muito radical" a reforma que o governo apresentou. "A questão da idade para aposentar, tempo de contribuição. São vários pontos em que devemos mexer, mas primeiro estamos trabalhando junto com o funcionalismo para a gente poder dizer em que parte a gente vai intervir", adianta. "O Fórum Sindical tem feito reuniões periódicas e está fazendo um estudo para apresentar sugestões e flexibilizar essa proposta do governo. Nós vamos ouvir o servidor para ver o que o contempla para fazermos nossas proposições", completa João Batista.

Foto: ANGELO VARELA / ALMT

Deputado João Batista, presidente da CPI da Previdência

> Acho desnecessário o governo encaminhar essa proposta agora

O coordenador do Fórum Sindical de Mato Grosso e presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso (Sisma), Oscarlino Alves, também critica a "pressa" do governo para apresentação da matéria. Ele lembra que ainda está sendo discutida na Câmara Federal uma proposta de emenda à Constituição, conhecida como PEC Paralela da Previdência, sobre a adesão dos estados, Distrito Federal e municípios ao regime estabelecido para os servidores federais.

"Queremos ganhar mais tempo para a gente poder orientar melhor a base, apreciar melhor a matéria e ver se há alguma brecha para a gente poder minimizar os grandes prejuízos na vida funcional do trabalhador na hora de se aposentar", argumenta Oscarlino Alves. Ele acredita também que Mato Grosso pode encontrar outras saídas para cobrir os custos da previdência, como um eventual aumento de arrecadação por meio de taxação de produtos primários.

Proposta – O analista do Mato Grosso Previdência (MT Prev) Bruno Martins adianta que o objetivo do governo é fazer a reforma de modo que os servidores estaduais tenham as mesmas regras de aposentadoria dos servidores federais. "O grande cerne da proposta é estar aplicando literalmente as regras que estão sendo estabelecidas para o servidor federal", resume Bruno Martins.

Pelo texto promulgado pelo Senado em novembro, mulheres podem se aposentar aos 62 anos, já os homens aos 65 anos. Ambos precisam ter o mínimo de 25 anos de contribuição, dez anos no serviço público e cinco anos no mesmo cargo. Bruno Martins explica também que as regras de transição propostas pelo estado são as mesmas. O servidor federal poderá optar, nos casos previstos, pelo sistema de pontos ou por pagar pedágio sobre o tempo de contribuição que faltaria caso as regras não tivessem mudado.

Antes de chegar à Assembleia, a proposta do Executivo estadual ainda passará pelo Conselho Estadual de Previdência, colegiado composto por chefes dos poderes e por representantes dos segurados dos diferentes poderes.

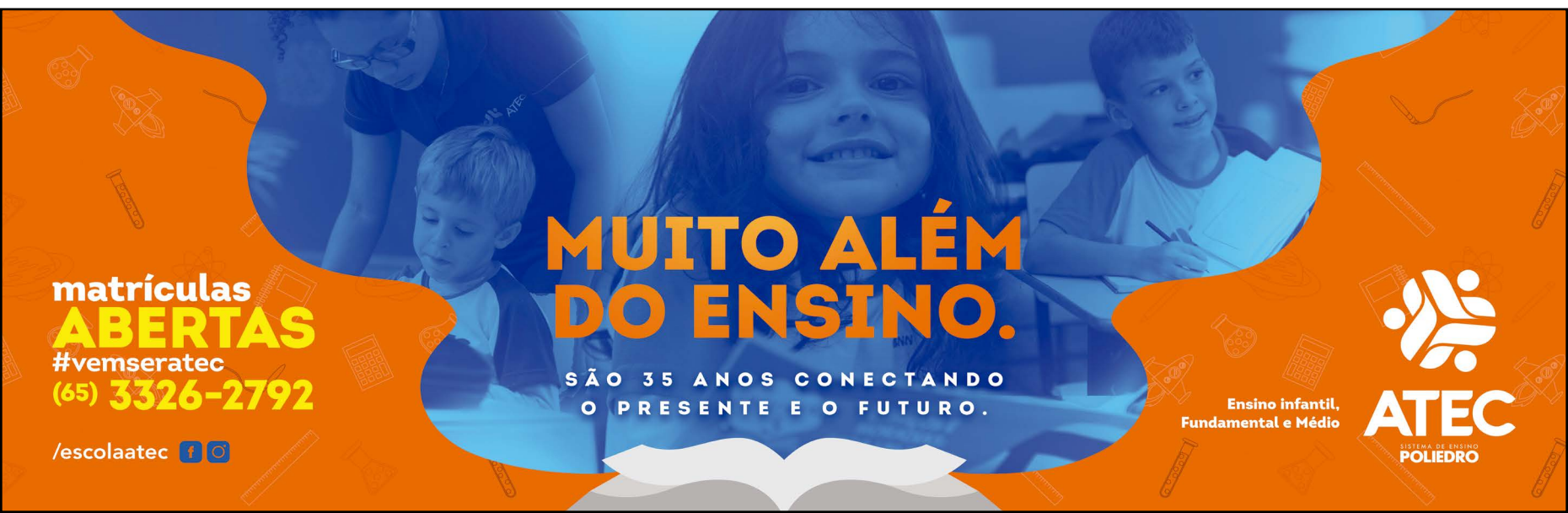
HEMODIÁLISE

Falta de diálogo e demora nos repasses do SUS

VINÍCIUS BRUNO / RD News

O deputado Doutor João (MDB), que é membro titular da Comissão de Saúde da Assembleia, reclama da falta de acessibilidade à secretaria de Saúde, comandada pelo secretário Gilberto Figueiredo. O deputado aponta que outro problema é a demora nos repasses do SUS para as clínicas de hemodiálise referentes aos meses de setembro e outubro deste ano.

O parlamentar afirma que tem dificuldade em agendar reunião com Gilberto, e que tem enfrentado dificuldades, inclusive, para conversar com o secretário até por telefone. "Você procura, tenta marcar e conversar, a resposta é vamos ver, vamos ver e não vê. É difícil agendar e difícil até atender o telefone", dispara.

João relata que o Estado não repassou os valores do convênio SUS com as clínicas de hemodiálise, referentes a setembro e outubro. "(...) Os recursos para essas clínicas vêm de Brasília. Então, o governo do Estado precisa de mais agilidade, porque o Estado é um repassador desse dinheiro e tem demorado muito", critica.

O deputado avalia que as clínicas estão com dificuldade para fechar as contas neste final de ano, já que a maioria das unidades particulares especialistas nesta área é conveniada ao SUS e tem a maioria dos pacientes atendidos pelo sistema.